



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

BENEDITO NOGUEIRA SENA JÚNIOR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O PROFISSIONAL DE
APOIO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA\PA**

**Abaetetuba- Pará
2022**

BENEDITO NOGUEIRA SENA JÚNIOR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O PROFISSIONAL DE
APOIO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA\PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vilma Nonato de Brício

**Abaetetuba– PA
2022**

BENEDITO NOGUEIRA SENA JÚNIOR

**EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O PROFISSIONAL DE
APOIO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA\PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vilma Nonato de Brício.

Aprovado em: 20/07/2022

Conceito: excelente

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vilma Nonato de Brício – UFPA
Orientadora – Faculdade de Educação e Ciências Sociais – CAAB/UFPA

Prof. Dr. Sergio Bandeira do Nascimento – UFPA
Examinador Interno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

N778e Nogueira Sena Junior, Benedito.
EDUCAÇÃO ESPECIAL : UM OLHAR PARA O
PROFISSIONAL DE APOIO NO MUNICÍPIO DE
ABAETETUBA\PA / Benedito Nogueira Sena Junior. — 2022.
15 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Vilma Nonato de Brício
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Educação especial. 2. Ensino-aprendizagem . 3.
Profissionais de apoio. I. Título.

CDD 371.9

RESUMO

A pesquisa em questão aborda conceitos no âmbito da educação especial e suas implicações e também objetiva uma breve análise com relação as políticas públicas referentes aos profissionais que atuam nesta área, e ressaltando algumas normativas que contribuíram para garantir o direito de alunos da educação especial na rede regular de ensino, tendo como objeto de estudo a experiência de uma Profissional de Apoio Escolar, refletindo sobre as principais barreiras e obstáculos que ela encontra para realizar o processo de ensino-aprendizagem de qualidade para pessoas com deficiência. Este estudo é de cunho qualitativo, onde, foram utilizados artigos científicos das bases de dados Scielo e da Biblioteca digital de monografias como referências, foi realizada análise documental e entrevista estruturada com dez pergunta.

Palavras-chave: Educação especial. Ensino-aprendizagem. Profissionais de apoio.

ABSTRACT

The research addresses concepts in the field of special education and its implications. It aims to Analyse the public policies related to professionals working in this area and highlighting some regulations that contributed to guarantee the right of students of special education in the regular school network, having as object of study an experience of a school support professional, reflecting on the main barriers and obstacles that he encounters to carry out the quality teaching-learning process for people with disabilities. this study is of a qualitative nature where scientific articles from the sciELO databases and the Digital Library of Monographs were used as references, document analysis and a structured interview with ten questions were carried out.

Key-words: Special Education. Teachin-learning. Support Professionals.

INTRODUÇÃO

A educação especial vem sendo assunto de revitalização e grande importância da sociedade em que a escola trabalha como papel fundamental para a integração de pessoas com deficiência no meio estudantil, para além disso, é necessário um olhar cuidadoso, não só com os “diferentes”, mas também com os profissionais que trabalham e convivem com crianças e adolescentes dentro de escolas no mundo todo e que precisam de atendimento especializado, aqui no município de Abaetetuba são chamados de Profissional de Apoio Escolar”. Dentre isso, de acordo com estudos sobre o tema, que abarcam como deve ser o trabalho adjunto ao aluno com deficiência, todo o cuidado e práticas que devem ser adotadas na sua prática pedagógica, percebe-se, entretanto, que o Profissional de Apoio Escolar, muitas vezes passa despercebido em sua atuação, fala-se de sua valorização nos aspectos social, financeiro ou profissional nesse processo de ensino-aprendizagem. Atuar na educação especial é um ato de amor, e ser PAE merece um olhar especial para esse cargo

no processo de ensino evolutivo da educação especial com ênfase no município de Abaetetuba\PA.

Dessa forma, a temática escolhida apresenta-se relevante, pois pode-se ter outro olhar sobre o que foi estudado na disciplina de Fundamentos da Educação Especial no curso de pedagogia campus Abaetetuba na Universidade Federal do Pará. Diante disso, como futuro profissional da educação, o olhar para o profissional de apoio escolar visa-se importante para inserção e compreensão do meio educacional sob perspectivas através das transformações da realidade nacional e/ou local. Ao se atentar para essa realidade, como discente de Pedagogia, é dever buscar melhorias na educação para as próximas gerações. Sendo assim, a presente pesquisa busca uma análise das políticas públicas no que concerne o profissional de apoio com ênfase no processo de evolução da educação especial no município de Abaetetuba\PA e aspectos das vertentes legais nacionais ao que se encontra no município.

O processo de estudo que aqui apresentarei justifica-se por perceber que em muitos debates esse profissional é desvalorizado por meio de baixa remuneração e falta de qualificação, em vista das demandas técnicas e educacionais, que conduzem o processo de ensino-aprendizagem de uma pessoa com deficiência. Para isso, buscarei normativas e políticas públicas que se ligam ao que foi encontrado no material de pesquisa para entender todo o processo desse profissional no município de Abaetetuba no estado do Pará. Assim, esta pesquisa relata o emprego e discussão sobre os documentos oficiais e o que é disponibilizado, com a intenção de debater sobre a educação especial e suas problemáticas de ação. Sendo assim, o presente trabalho tentará demonstra as normativas e a análise da entrevista de uma profissional de apoio a qual pontua diferentes recortes sobre sua atuação e desmitifica sobre a ação do município.

O artigo está dividido em dois passos, no primeiro serão demonstradas algumas normativas para entender as políticas públicas voltadas para a temática e importância do cargo Profissional de Apoio Escolar. E segundo foi dividido em três itens, pois é voltado para o município de Abaetetuba e aprofunda sobre as falas da profissional entrevistada para realizar uma discussão sobre o que acontece no município e quais avanços e retrocessos são encontrados nesse contexto.

Busca-se diferentes métodos de pesquisa que sejam satisfatórios e permita um olhar rigoroso para as práticas sociais e educacionais, onde apresente diferentes abordagens científicas que possa auxiliar no processo de coleta dos dados. O método utilizado foi a qualitativa por entender que a abordagem parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI,

2001). Com a análise documental pois segundo Ludke e André (2001) apresenta uma vantagem valiosa onde pode ser retirada evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, fonte natural de informação.

Utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista estruturada pois entender que através dos estudos e aprofundamentos no assunto, preocupa-se mais com o processo de estudo do eu com o produto, com a qualidade dos dados obtidos, assim busca retratar perspectiva dos participantes nesse processo investigativo e através dela o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores sociais e da importância para o significado da fala (MYNAIO, 20020). Segundo Chizzotti (2001) o conhecimento não se reduz a dados isolados, é conectado por uma teoria explicativa em que o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos atribuindo-lhes significado.

Logo de início o processo de sistematização do percurso da educação especial se apresenta de maneira básica com os estudos de documentos e bibliografias para a historiografia da mesma. Esse aspecto de pesquisa é relevante para entender o processo de educação especial e entender qual o papel do profissional de apoio com as referências de políticas voltadas para essa atuação.

1ª) NORMATIVAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ENFOQUE NO BRASIL

O contexto normativo da Educação Especial no mundo se inicia com a criação da Declaração dos Direitos Humanos em meados de 1948 a qual consagra os direitos universais a todos as pessoas sem restrições, a exemplo o seu artigo 26.º, n.º 1: “*Toda a pessoa tem direito à educação (...).*” Compreende-se que todos têm o direito a educação, inclusive os educandos com deficiência sejam estes qual for.

Em 1961 a Lei Nº 4.024 denominada de Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN) foi criada com o intuito de fomentar o atendimento educacional as pessoas com deficiência, integrando-as e incluindo-os a sociedade e enquadrando e adaptando o ensino requisitado por lei as PCDs no Brasil.

A constituição federal de 1988 com seu artigo 208 estipula que, a educação básica deverá ser gratuita além de ser obrigatória, e que é dever estadual a garantia de atendimento especializado na rede regular de educação para as pessoas com deficiência na faixa etária de 04 a 17 anos.

Temos também as leis que advogam sobre os direitos dos estudantes com deficiência começando pela lei Nº 7.853 de 1989; Lei Nº 8.069- 1990 Estatuto da criança e do adolescente;

Seguindo o fluxo no tempo outro marco importante foi a Conferência de Jomtien em 1990, ou melhor, Declaração Mundial sobre Educação para todos, esta contribui em seu Artigo 1 como um de seus objetivos que enfatizam que a educação deve satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (1990, Art. 1).

No mesmo ano de 1990 se desenvolve com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a adequação das estruturas mínimas para a promoção e desenvolvimento da educação em um espaço onde a inclusão seja um dos critérios obedecidos. Mais adiante com base neste princípio universal de educação para todos é criada pelas Nações Unidas e promulgada na Declaração Mundial sobre Educação para todos, de 1990, a resolução denominada Declaração de Salamanca, 1994, a qual é apontada como um marco histórico nas normativas como o início da legitimação da Educação Inclusiva. Nesta se enfatiza que a escola deve se adequar para atender a pluralidade e a diversidade de seu público alvo e ainda a procedência para a Educação Inclusiva, na qual a escola deve se adequar promover a inclusão e adequação sem discriminação respeitando as características e particulares de cada ser.

Em meio a essa estruturação da legalidade e legitimação da Educação Especial formula-se no Brasil, em 1996, baseando-se nas normativas internacionais para a Educação e Educação Especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nesta fica estabelecido como dever do Estado e garantia que haverá na educação pública:

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades,

preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (art. 4º, III, Lei Federal nº 9.394/1996).

Como fica estabelecido por esta lei, a escolas públicas preferencialmente devem oferecer o ensino de qualidade às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todos os níveis de ensino e modalidades, e ainda esta educação escolar deve ser amparada por um atendimento especializado que dê as condições adequadas aos estudantes em seu processo ensino e aprendizado.

2ª) VISÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Dentro dessa perspectiva inclusiva de avançar, através de passos dados no mundo e no Brasil, em consonância com as normativas vigentes no território mundial e nacional, os primeiros passos dados da educação especial, dada sua importância, inicia-se em 1982 quando é criada a Unidade Técnica de Educação Especial, órgão ligado à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), que possibilitou uma abertura maior quanto às escolas para a matrícula dos alunos com deficiência que até então não faziam parte das turmas regulares de ensino da época, cria-se com ela também as classes especiais dentro das escolas para que de forma própria este público seja atendido, dentro das suas especificidades, para este fim foram selecionadas algumas professoras para participar em cursos ofertados na capital, promovidos pelo Departamento de Educação Especial (DEES), nas diferentes categorias: Deficiência Mental, Deficiência Auditiva e Deficiência Visual.

Tinha-se como paradigma educacional o da integração, que se consistia em “preparar” os alunos com deficiência em classes especiais para que, após isso, possam ingressar no ensino regular. Porém, somente em 1998, em decorrência do processo de municipalização do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, a Educação Especial passou a ser responsabilidade também da Rede Municipal de Ensino. Ocorreram também as formações em serviço, ofertadas pela esfera pública de ensino através da coordenação da educação especial.

Entre esses passos dados na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que desde 2002, acontece ano após ano o Encontro de Educação Especial do Município de Abaetetuba, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC/Abaetetuba), Setor de Educação Especial, tendo no início somente a participação dos profissionais da área, e no decorrer dos anos, estendeu-se a toda a comunidade escolar, tornando-se um dos maiores

eventos promovido no município e sendo realizado com a parceria entre as instituições que atuam neste setor: Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), Unidade Técnica de Educação Especial (UTEE), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação dos Deficientes de Abaetetuba (ADEMA) e Associação Beneficente e Neurológica Milton Melo (ABENMM).

De acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva/2008:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Nesse viés, em 2009, durante a gestão de 2009 á 2012 da prefeita Francineti Carvalho, foi implantado em toda a rede pública de ensino de Abaetetuba o Programa Professor Cuidador. O objetivo do programa foi instituir um professor auxiliar responsável em acompanhar diariamente, durante todo o ano letivo, alunos com deficiência incluídos na rede regular de ensino. A proposta fundamental do programa foi promover de fato a inclusão destes alunos na rede regular de ensino, uma vez, que não basta apenas garantir o acesso às escolas públicas, mas sim, criar práticas metodológicas que garantam a permanência com sucesso deste educando.

Neste sentido, o programa professor cuidador é o resultado de uma série de medidas administrativas e pedagógicas, que envolvem desde mudanças estruturais na escola até mudanças atitudinais (preparar a comunidade escolar para aceitar e conviver com o estudante com deficiência). Porém, essa iniciativa ainda não era comportada como obrigação para com os órgãos públicos, pois não tinha um valor característico de lei. Diante disso, em 2019 durante a gestão 2017 á 2020 do prefeito Alcides Negrão, cria-se o cargo de profissional de apoio escolar para alunos com deficiência da rede pública municipal de acordo com a Lei nº 529/2019 de 15 de março de 2019, no artigo 1º diz que:

O município em atendimento à legislação vigente e em consonância com as diretrizes do Governo Municipal, institui a criação de cargo de Profissional de Apoio Escolar de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no âmbito do Município de Abaetetuba.

Em seu segundo mandato de 2013 á 2016, o projeto denominado como “Professor

Cuidador” criado pela prefeita Francinete, ganhou reconhecimento Nacional em gestão educacional pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. Tais feitos não impediram que o cargo profissional de apoio fosse implementado no lugar do programa acima citado. Segundo a entrevistada uma forma de retrocesso foi a substituição de professores de carreira por pessoas com ensino médio e cursos de capacitação, tentando mostrar que seria uma forma de agregar a esse profissional na categoria de Apoio, comparando-o a outros ajudantes escolares, não mudando apenas as nomenclaturas e funções, mas também no baixo salário, e a baixa valorização profissional.

2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR

Quando se fala em formação continuada deve-se compreender a relevância e importância da atualização das técnicas e saberes já em utilização ou então a aquisição de novos conhecimentos, visto que, as pessoas e as necessidades se diferem; a formação continuada se constrói a partir das formas que são adquiridas ao longo do trabalho educacional.

Horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet, etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação (GATTI, 2008, p. 57).

Portanto, hoje em dia existem diversas maneiras e meios aos quais se pode buscar aprimoramentos necessários para ser um bom profissional adequado para atuar em diversas ocasiões, suprimindo a necessidade de aprender e ensinar.

De acordo com Bernardelli (s.a, p.3, apud SILVA,1991, p.3) a formação continuada só depende do professor para exercer sua função de maneira excepcional.

Atualize-se, atualize-se, atualize-se... – está repetição é intencional e pretende apagar da sua consciência algum possível resquício de desejo e acomodação. A chamada “educação permanente” é fundamental ainda para todos os indivíduos e mais fundamental ainda para os educadores. Além de uma dedicação maior a literatura de sua área específica de atuação, procure acompanhar e inter-relacionar os dados provindos de outros campos do conhecimento, principalmente história, política e economia. É o conhecimento da totalidade do real que aumenta o seu poder de julgamento e decisão. E os maiores beneficiados serão você mesmo e os seus alunos.

A citação acima pode ser aplicada em diversas áreas e profissões, porque o conhecimento nunca é demais, no entanto, se o professor ou profissional de apoio educacional não tentar se atualizar com os seus próprios meios financeiros as gestões municipais não o farão de livre e espontânea vontade, apesar de que no município de Abaetetuba os profissionais de apoio educacional são pessoas que no mínimo possuem o ensino médio e raramente algum curso de formação para atuar com crianças com algum tipo de deficiência. Então nos perguntamos “Porque profissionais capacitados não ocupam esses cargos e essa função de apoio Educacional?”. A pergunta é sensata, no entanto, a resposta é única ao ver de uma professora que trabalha há muito tempo na educação especial, indicação por políticos que exigem trabalho para o seu “curral eleitoral” e também tem a ver com remunerar servidor efetivo e pagar devidas gratificações. Abaixo veremos um fragmento da entrevista que enfatiza esse fato de que:

“Hoje, o profissional de apoio escolar é muito indicado, não é muitas vezes por capacitação, porque a lei diz que precisa ter no mínimo um ensino médio e uma formação na área, e nem todos os profissionais de apoio escolar têm formação na área, as vezes têm só o ensino médio mesmo, e não tem nem formação na área, então eles chegam nas escolas sem experiência nenhuma, chegam assumindo falando que não têm experiência, mas que conseguiram esse contrato porque eles são contratados, ainda tem essa situação. Os profissionais de apoio escolar não são efetivos, eles não deram essa vaga *pra* efetivos por causa de eles não pagarem as gratificações tudo por conta do PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração) são contratos né, não exige pagar às gratificações.” Diz a entrevistada, ao ser indagada sobre a implementação das políticas públicas que diz respeitam a educação especial município”.

Em entrevista com a professora que chamaremos de D.C, que exerce à docência há 20 anos e desse total 15 anos foram dedicados a educação especial no município de Abaetetuba, foram feitas algumas perguntas dentre elas, dentre umas delas foi feita a seguinte pergunta:

Como você observa a relação do município com o profissional de apoio?

Falando em relação ao desenvolvimento intelectual e autônomo do educando a relação gestão municipal x profissional de apoio educacional vai de mal a pior, como veremos a seguir a partir de relatos da entrevistada:

“A gente vê hoje em dia, que tem muito profissional de apoio escolar pra crianças que

não precisam e que já tem sua independência, enquanto que também tem situações de crianças que necessitam por não serem autônomas e não possuem esse profissional de apoio escolar por que não foi liberado [...] como muitos só possuem ensino médio e sem cursos e nem experiências na área acabam por não desempenhar o seu trabalho como deveriam, enquanto que na lei diz que os mesmos devem trabalhar a independência e a autonomia dessa pessoa com deficiência que eles acompanham e muitos não estimulam fazem muitas vezes esse trabalho de babá, por que eles não estimulando esse aluno com deficiência a ter sua independência a pessoa fica sempre dependente desse auxiliar, garantido o contrato por muitos e muitos anos, contrariando o objetivo do projeto”.

Com isso, constata-se que a relação profissional de apoio estudantil com o município tem correlação entre si, mas, no entanto, demonstra uma total negligência com o aprendizado e autonomia de quem verdadeiramente necessita, o educando. O município de Abaetetuba até meados de 2018 possuía em escolas municipais o cargo professor cuidador, onde quem preenchia esse lugar eram professores de carreira e com anos de experiência em Educação especial, no caso se comparar com o cargo de profissional de apoio estudantil, de acordo com a professora houve um retrocesso, onde se tira profissionais capacitados e põe pessoas sem experiência para lidar com crianças com algum tipo de deficiência.

2.2 MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES ESTRUTURAIS

2.2.1 AVANÇOS

Sobre os avanços a professora entrevistada declara que, “a gente pode citar essas revoluções da educação especial, da educação inclusiva, onde, os alunos com deficiência têm direito de estarem inseridos e inclusos no ensino regular,” Oportunizar o acesso e a permanência dos alunos deficientes, indubitavelmente, é o avanço mais significativo que a educação especial já atingiu até hoje, mas que é importante reconhecer que ainda precisa de ajustes e melhorias na área.

Segundo GAIA (2017), tudo isso, fica evidenciado a necessidade de compreender a inclusão em uma instância geral, que não realize segmentações, mas garantam, além da igualdade, a equidade em condições no que se refere ao acesso e permanência, conforme previsto pelo artigo 206 da Constituição Federal de 1988.

Sobre os avanços, ela completa dizendo que, “outro avanço é dispor do que se tem hoje

como o profissional de apoio escolar que antes não tinha”. Colocar um profissional de apoio dentro da sala de aula regular onde se tem um aluno com deficiência é dizer a este, à família e a sociedade, que ele não está sendo invisível no processo educativo e que esse mediador terá sob sua responsabilidade (juntamente com o professor regente) a aprendizagem do aluno deficiente e sua interação com os demais profissionais e alunos da escola.

Segundo a entrevistada, um dos avanços concernentes à educação especial até aqui se trata do termo “professor cuidador”, no qual ela vem destacar:

“Redimensionaram o projeto que era professor cuidador, eles só fizeram alguns ajustes e mudar o nome, visto que o cuidador, eles viam, cuidador vem de cuidar, viam muito assim, como se fosse um babá, um cuidador de idoso, por isso que eles mudaram pra profissional de apoio escolar, pra ajudar no âmbito escolar, educacional da criança, da pessoa deficiência”

Nesse contexto, vale ressaltar essa transformação como uma ação significativa para se abranger de fato o que a educação especial busca realizar na formação desses alunos com deficiência: uma formação *educacional* como a própria professora destaca, é uma formação que vai além do cuidado às necessidades básicas dos alunos.

Além disso, ela aponta os seguintes eixos a serem trabalhados com o aluno deficiente através do auxílio do profissional de apoio, são estes: “é pra auxiliar no ambiente escolar como a lei diz na parte da autonomia, da independência, da relação com o outro, quer seja os colegas de sala de aula ou das demais turmas”. Ela aponta nesse trecho outra questão relevante que é a *relação com o outro*. O profissional de apoio nesse sentido deve promover a interação do aluno deficiente com os demais a sua volta, garantindo a ele o direito de evoluir socialmente e construir caminhos para desenvolver a sua própria autonomia quando este estiver em contato com outras pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência.

2.2.2 RETROCESSOS

Ao ser questionada sobre os retrocessos a professora diz que, “é a questão que a inclusão assim como muitas coisas pra melhorar na educação vai evoluindo, mas precisa ter mais apoio, mais formações continuadas pra que possa avançar”. Nesse trecho ela destaca a falta de apoio na questão da formação continuada desses profissionais. É indispensável às formações (palestras, debates, oficinas entre outros) para o processo de aperfeiçoamento profissional, já que este está exposto a variadas condições estruturais e educacionais.

Constantemente o profissional de apoio precisa renovar conceitos, criar estratégias e elaborar caminhos para atender melhor o aluno deficiente com o qual ele trabalha. Por isso, parte fundamental deste trabalho é a busca por conhecimento, de nada adianta assumir um aluno que precisa e espera por um atendimento de qualidade se esse profissional não está apto para atendê-lo, porque é alguém sem nada a contribuir, e de nada adianta também, colocar um profissional na área e não dar a este os subsídios necessários para que seu trabalho seja produtivo e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o profissional de apoio é um dos atuantes na vida da pessoa com deficiência dentro do âmbito escolar, que redobra cuidados e aprendizagens, que busca conciliar as questões de cuidados, técnicas e educacionais que formam de maneira eficaz as práticas necessárias para a evolução do ensino e aprendizagem do aluno. Perceber a nomenclatura do profissional de apoio sofreu modificações nas duas últimas gestões do município. Visto que, com uma nova roupagem, o projeto “Professor cuidador” passou a ser lei sofrendo modificações desde ao salário até a formação continuada onde ainda precisa ser mais investido por parte da gestão pública.

No município de Abaetetuba/PA o profissional de apoio não precisa abranger muita capacitação profissional para exercer o cargo. A atuação pedagógica exige um aparato de recursos para que haja evolução no ensino, por isso ser profissional de apoio não seria diferente, verificamos que o único evento que é caracterizado como educação continuada em que os profissionais participam, é o Encontro de Educação Especial, mas ainda não supri a necessidade. Contudo, esse profissional além de buscar sua formação e profissionalização de maneira individual, lida com baixa remuneração e pouco tempo para exercer um trabalho satisfatório.

É importante que os gestores municipais eleitos se sensibilizem e cumpram os objetivos descritos na Lei Municipal nº 529/2019 de 15 de março de 2019, para que esse município tenha a educação especial para esses estudantes de forma eficiente. Faz-se necessário buscar novos projetos e formas para unir escola e família através de junções entre prefeitura, Universidades, Escolas Técnicas e parcerias com a Secretaria de Saúde municipal e estadual, para oferecer cursos na área, fazendo assim, a escola um lugar seguro e capacitado para receber a pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNADELLI, Maria O. R. **A formação de professores e a qualidade do processo ensino aprendizagem**, ficha de identificação da produção didático-pedagógica professor PDE, Paraná. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Federal nº 9.394, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAIA, R. S. P. **Educação especial no Brasil: Análises e reflexões**. 10ª Ed. Revista Transversal. 2017.

GATTI BA. **Análise das políticas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n.37. Campinas-SP, jan\abr 2008.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em <<http://https://www.google.com.br/amp/s/www.publico.pt/2014/01/03/sociedade/opiniao/os-direitos-humanos-e-a-educacao-inclusiva-1618165/amp>> Acesso em: 12 de outubro de 2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO,1990. Disponível em<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em: 12 de outubro de 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf&ved=2ahUKEwiloOvUkjoAhU0D7kGHdQRBIkQFjAXegQIAhAB&u sg=AOvVaw0AxEVhGjVHZQ2RJGd_r8Es> Acesso em: 12 de outubro de 2020.